

Sociedade

Manejo comunitário gera benefícios sociais e preservação

Ana Patrícia Cota Gomes e Andre Giacini de Freitas *



Manejo comunitário do palmito; Amazônia brasileira

Nos últimos anos, a atenção da sociedade e do Poder Público tem-se voltado para o manejo florestal comunitário como estratégia de conservação das florestas e também como alternativa de geração de renda para as comunidades tradicionais que delas vivem e dependem. Essas comunidades detêm o conhecimento do uso tradicional dos recursos florestais, madeireiros e não-madeireiros, que é transmitido de geração a geração e utilizado no dia a dia

para projetos de construção, alimentação, medicamentos, artesanatos etc. (Figura 1).

Assim, as práticas de manejo adotadas e a pressão exercida sobre esses recursos florestais têm impactos diretos na cultura e na subsistência dessas comunidades. Atualmente no Brasil, as iniciativas mais avançadas concentram-se na Amazônia e podem ser caracterizadas pelo manejo baseado no conhecimento das populações tradicionais, com pouca tecnologia

e alto grau de informalidade na produção e comercialização de produtos.

Como forma de contribuir e de promover o bom manejo florestal comunitário, têm crescido também no Brasil os casos de certificação florestal com base nos preceitos do Forest Stewardship Council (FSC – Conselho de Manejo Florestal). O FSC é uma organização internacional sem fins lucrativos que objetiva promover o manejo capaz de gerar benefícios sociais e a conservação ambiental, ao mesmo tempo em que busca garantir sua viabilidade econômica a longo prazo. O FSC, juntamente com representantes de sociedades de diversas partes do mundo, desenvolveu padrões para identificar e premiar produtores que praticam o bom manejo de suas florestas, permitindo a rotulagem dos produtos que provêm dessas áreas com um selo mundialmente reconhecido (Figura 2). Os padrões ou regras do FSC podem ser resumidos nas seguintes áreas: 1) obediência às leis e aos princípios e critérios do FSC; 2) direitos e responsabilidade de posse e uso da terra; 3) direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais; 4) relação comunitária e direitos dos trabalhadores; 5) benefícios da floresta; 6) impacto ambiental; 7) plano de manejo; 8) monitoramento e avaliação; 9) manutenção de florestas de alto valor para conservação.

Apesar de recente no Brasil, a certificação de manejo florestal comunitário tem crescido consideravelmente e a previsão

é de que quinze áreas de manejo florestal comunitário sejam certificadas em 2005. Nessas áreas, uma série de produtos florestais não-madeireiros já foi certificada, como sementes e óleo de castanha-do-pará, resina de breu, óleo de copaíba, sementes de jarina, látex para fabricação de lâminas de couro vegetal, cascas de toras exploradas e erva-mate para chimarrão. Outros produtos estão em processo de certificação, como tucumã, buriti, palmito e açai.

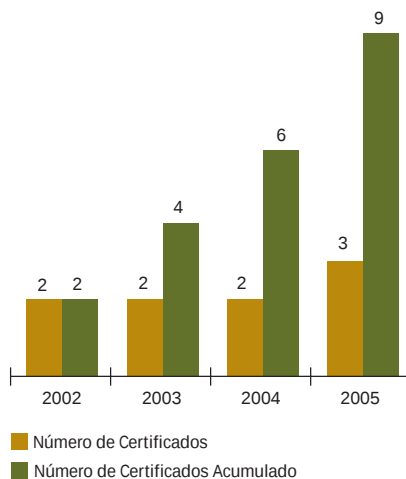
Contudo, apesar do crescimento do número de certificações ao longo dos últimos anos (Tabela 1), alguns desafios que o manejo comunitário precisa enfrentar para alcançar a certificação florestal foram também identificados, como: 1) falta de organização social; 2) ausência de regularização fundiária; 3) pouca informação técnica sobre a biologia e o manejo de produtos florestais não-madeireiros, incluídas aí informações sobre distribuição, regeneração, crescimento, mortalidade, técnicas apropriadas de inventário etc.; 4) ausência de legislação florestal que regulamente o manejo de produtos florestais não-madeireiros; 5) dificuldade de acesso a crédito para realização do manejo; 6) mercados exigentes, sem compreensão da realidade comunitária; 7) custos relativamente elevados para a certificação comunitária e de pequenos produtores.

Com o objetivo de tornar a certificação uma ferramenta mais acessível para comunidades e pequenos produtores, alguns mecanismos para reduzir os custos foram desenvolvidos, tais como: 1) criação de procedimentos simplificados de certificação, para manejo de pequenas áreas e áreas com manejo de baixa intensidade; 2) certificação em grupo, permitindo a certificação conjunta do manejo realizado por um grupo de produtores ou comunitários, reduzindo consideravelmente os custos; 3) criação do Fundo Social de Certificação, utilizado para subsidiar parcial ou integralmente os custos da certificação de operações descapitalizadas.

FIGURA 1 | MANEJO TRADICIONAL DO AÇAÍ E DA CASTANHA-DO-PARÁ; AMAZÔNIA



TABELA 1 | NÚMERO DE COMUNIDADES COM CERTIFICAÇÃO FSC NO BRASIL



Apesar dos desafios a serem enfrentados, essas e outras iniciativas implementadas pelo FSC impulsionaram a certificação do manejo florestal comunitário e de pequenos produtores, resultando na abertura de novos mercados, na valorização e conservação da floresta pelas comunidades e produtores florestais, implicando melhoria contínua da qualidade de vida dessas populações. 

**Ana Patrícia Cota Gomes é engenheira florestal do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) (patricia@imaflora.org) e Andre Giacini de Freitas é gerente de Sustentabilidade do Banco Rabobank International do Brasil S.A. (andre.freitas@rabobank.com)*

FIGURA 2 | PRODUTOS FLORESTAIS NÃO-MADEIREIROS, MADEIREIROS E CERTIFICÁVEIS

